



Anais da Assembléia

Nº 29

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 05 DE ABRIL DE 1977.

ANO III

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 37ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM 05 DE ABRIL DE 1977

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados David Federmann e Otássio Pereira.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 01/77, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que denomina "JOÃO LEOPOLDO JACOMEL" a Rodovia PR-415, que liga Curitiba a Piraquara. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — Aprovado.

PROJETO DE LEI NÚMERO 01/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — A Rodovia PR-415 que liga Curitiba a Piraquara passa a denominar-se JOÃO LEOPOLDO JACOMEL.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01 de março de 1977.

(a) FUAD NACLI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa denominar a rodovia que liga a cidade de Piraquara, DEPUTADO JOÃO LEOPOLDO JACOMEL. Pretende-se com o presente prestar uma justa homenagem a um homem devotado à causa pública que nasceu naquela vizinha cidade, dedicou sua vida à política, inicialmente na cidade de Piraquara e posteriormente como parlamentar ao Paraná.

O subscritor do presente julga a homenagem uma das mais justas porquanto LEOPOLDO JACOMEL foi um dos maiores batalhadores daquela rodovia. Durante mais de 15 (quinze) anos reivindicou, pleiteou e bateu em todas as portas e pouco antes de terminar sua vida terrestre viu o sonho concretizado, embora não pudesse participar da inauguração pois a doença o impediu.

Os nobres Pares certamente apoiarão a medida que ora propomos à consideração e será tributada a mais justa das homenagens que o Paraná poderá prestar a um dos homens públicos mais íntegros do nosso Estado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 01/77

De autoria do nobre Deputado Fuad Nacli, o presente projeto de lei número 01/77, tem por finalidade denominar João Leopoldo Jacomel a Rodovia PR-415 que liga Curitiba a Piraquara.

A iniciativa do nobre Deputado Fuad Nacli se reveste de uma das mais justas e merecidas homenagens ao eminente e probo homem público que foi João Leopoldo Jacomel.

É de se enaltecer a figura do homenageado que durante a sua longa vida pública demonstrou ser um exemplo vivo de político autêntico sempre voltado à causa pública. Se hoje a estrada Curitiba-Piraquara é uma realidade, deve-se, sem dúvida alguma às constantes reivindicações que da Tribuna desta Casa e fora dela fazia Leopoldo Jacomel.

O reconhecimento que o projeto de lei vem ocasionar deve ser enfatizado como um exemplo às novas gerações.

Assim sendo, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 16 de março de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

GILBERTO CARVALHO — Relator

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 6, às 9,30 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 01/77.

Levanta-se a sessão.

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 38ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 05 DE ABRIL DE 1977.

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, Secretariada pelos Senhores Deputados Jayme Rodrigues Carvalho e Ezequias Losso.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Rober-

nhada em contatos que vêm sendo levados a efeito nas comarcas circunvizinhas, tais como: Xambrê, Iporã, Guaíra, Goioerê, Campo Mourão, Altônia, Maringá, Palotina, Assis Chateaubriand e outras numa peregrinação que deverá se estender e cobrir todo o Estado.

É realmente notável o trabalho de todos.

Averiguando o aspecto funcional da instituição do "Defensor Público" devidamente remunerado, tal figura contribuiria sensivelmente para o próprio aprimoramento da Justiça pois eliminaria sumariamente a hipótese da influência, às vezes aventada, do poder econômico de partes, em sua aplicação, com o confronto em iguais condições entre as mesmas".

"Também, e por outro lado implicaria sim, a maior rapidez no julgamento dos processos, resultante do maior empenho e a dedicação por parte do defensor público, dado o incentivo pressuposto da remuneração. Sejam os dois, coerentes".

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência comunica a V. Exa. que por determinação da Liderança do Movimento Democrático Brasileiro, V. Exa. já está ocupando o horário destinado ao MDB e, portanto deve ficar à vontade por mais 10 minutos.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Obrigado. Agradecimento extensivo ao Líder do nosso Partido.

Como dizíamos, Sr. Presidente, devemos ser coerentes.

"Também e por outro lado, implicaria sim em maior rapidez no julgamento dos processos, resultantes do maior empenho e dedicação por parte do Defensor Público dado o incentivo pressuposto da remuneração. Sejam os dois coerentes: a produção seria maior e a produtividade melhor qualificada. O Estado se desincumbiria de uma obrigação e a Justiça seria altamente beneficiada.

Estes resultados já foram observados nos Estados nos quais já se implantou a Designação Dativa remunerada e informações a respeito farão parte de relatório a ser elaborado pela Comissão cruzeirense do qual constarão diversas sugestões que serão encaminhadas às autoridades competentes, à Ordem dos Advogados do Brasil, à nossa Assembléia Legislativa e ao Senhor Governador do Paraná.

Finalizando, Senhor Presidente, Senhores Deputados, paira a probabilidade da determinação por parte do Poder Executivo para a elaboração de estudos para que este atendimento seja patrocinado pelo Instituto Nacional de Previdência Social, através de um Departamento de Assistência Jurídica o que não seria viável pois é notória a impraticabilidade da política assistencial desse órgão.

Tais considerandos, tais explanações sugerem-me a proposição que submeto à apreciação desta Casa. (Lê):

"Senhor Presidente.

SÚMULA: Requer o encaminhamento de expedientes ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça e à Ordem dos Advogados do Brasil — Seção do Paraná.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, requer após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expedientes às autoridades mencionadas na súmula do presente documento, solicitando providências que culminem com o término das assistências judiciárias gratuitas através das designações dativas reivindicando soluções urgentes por parte do Poder Executivo, com o sentido de se estabelecer o Defensor Público como função pública remunerada e reconhecida em todas as comarcas.

Sala das Sessões, em 05 de abril de 1977".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos reafirmar que consideramos estranha e absurda a intransigência do Poder Executivo em não cumprir a deliberação da lei e permitir esse estado injusto e até imoral, da designação Dativa Gratuita.

Queremos deixar nosso protesto ao Poder Judiciário, à Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, pelo não

cumprimento do Artigo 184, da Lei número 5809.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

A Presidência tem a satisfação de anunciar a presença neste Plenário, do Sr. Deputado Federal Norton Macedo, da ARENA.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 151/76, de autoria do Deputado JORGE SATO, que declara de utilidade pública o "Clube da Amizade", com sede e foro na cidade de Maringá. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — Aprovado.

PROJETO DE LEI NÚMERO 151/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública, o "Clube da Amizade", com sede e foro na cidade de Maringá.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1976.

(a) JORGE SATO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, vem desenvolvendo uma das mais dignificantes e meritórias obras de assistência filantrópica no seio da comunidade de Maringá.

A documentação que anexamos ao presente, bem comprovam estarem preenchidos os requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual reguladora do instituto da declaração de utilidade pública.

Diante do exposto, é que apresentamos o presente projeto de lei, que temos a certeza, contará com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 151/76

De autoria do ilustre Deputado Jorge Sato, visa este projeto de lei declarar de utilidade pública o "Clube da Amizade", com sede e foro na cidade de Maringá, neste Estado.

Sem dúvida, a entidade acima presta relevantes serviços de caráter filantrópico na sua comunidade e preenche todos os requisitos exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria.

Não há impedimento algum de ordem legal ou constitucional.

Nestas condições, nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 16 de março de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

OSVALDO MACEDO — Relator

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Jacinto Sartori, ocorrido na cidade de Toledo. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 50º aniversário de fundação do Colégio Regente Feijó, com sede na cidade de Ponta Grossa. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presi-

aprovação.

Trata-se, por outro lado, de prestar-se justa e condigna homenagem a um vulto eminente, membro de tradicional e ilustre família do Estado do Paraná.

O General ARNALDO LUIZ CALDERARI, tem tido brilhante e utilitária carreira militar, que honra não só o Exército, a que serve, mas, sobretudo, à nossa terra e seu berço natal.

Revolucionário histórico, já na primeira hora prestou relevantes serviços ao Movimento de 1964.

Como Coronel, e sob as ordens do saudoso General Costa e Silva, então Comandante da Vila Militar, ARNALDO LUIZ CALDERARI chefiou uma coluna de blindados que, no dia 01 de março, saiu à rua, no Rio de Janeiro, e ocupou emissoras que, na ocasião, incitavam à desordem e a atentados contra a segurança pública.

Durante toda a gestão do então Ministro do Exército, General ORLANDO GEISEL, exerceu, com devotamento, as funções de Chefe de Gabinete, quando, por diversas vezes, substituiu, naquela pasta, o respectivo titular, em seus impedimentos, por motivo de viagens ao Exterior.

O General ARNALDO LUIZ CALDERARI exercia nos últimos tempos, o importante posto de Secretário Geral do Exército, em consequência da sua esplêndida folha de serviços e, também, por desfrutar da sólida confiança do Exmo. Sr. Presidente da República, General ERNESTO GEISEL.

À frente do Departamento de Material Bélico, irá produzir, com certeza, vasto e patriótico programa, tendo em vista sobretudo, a conjuntura nacional e internacional, vivida pelo nosso País.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer que esta Presidência, com a devida aprovação do Plenário, consigne na ata dos trabalhos de hoje, um voto de regozijo pela passagem do 50º aniversário de fundação do Colégio Regente Feijó, tradicional instituição de ensino, com sede em PONTA GROSSA, ocorrido a 01 do corrente mês.

Expressivas solenidades foram programadas para as comemorações desta efeméride, porque o Colégio Regente Feijó é um dos justos orgulhos do povo pontagrossense.

Requer igualmente, que deste fato se dê ciência ao Professor SEBASTIÃO NASCIMENTO FILHO, digno Diretor daquele estabelecimento.

Sala das Sessões, em 05 de abril de 1977.

(a) DAVID FEDERMANN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário seja enviado expediente à Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, solicitando sejam efetuados estudos de viabilidade para a implantação de rede elétrica na localidade denominada Paz, sede do distrito de Candói, no município de Guaraçuva.

Sala das Sessões, em 06 de abril de 1977.

(a) TRAJANO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

A localidade em referência, sede de um dos distritos mais populosos do município de Guaraçuva, encontra-se privada do abastecimento de energia elétrica. Tal fato, como não poderia deixar de ser, vem acarretando sérios prejuízos àquela comunidade.

Estão ali situadas, algumas indústrias extrativas, bem como, é a razão principal deste pedido, um Ginásio, que face à

demanda, necessita que sejam ministradas aulas no período noturno.

Existiriam outras razões para justificar esta nossa pretensão, mas de per si, cremos serem estas as fundamentais.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está finda a leitura do expediente.

Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente, passa-se ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há mais de 4 anos estamos debatendo nesta Casa, e em muitas reuniões por este Paraná afora, o problema da moagem do trigo no Estado, e se São Pedro não for ingrato com os triticultores do Paraná, poderemos alcançar este ano uma cifra recorde na produção do trigo. O próprio Secretário de Agricultura deu uma estimativa: se plantado o trigo em toda a área ora ocupada pela soja, teríamos a possibilidade de alcançar uma produção de 2 milhões e 100 mil toneladas do produto, o que levaria o Paraná a produzir 40 por cento de toda a produção do trigo que se consome atualmente no Brasil.

Mas, para que nós possamos diminuir o custo e com isso o próprio governo colaborará consigo mesmo na campanha de contenção de despesa e de combustível, haveria necessidade da adoção de uma série de medidas, senão vejamos: atualmente o consumo de farinha de trigo no Estado do Paraná alcança quase 500 mil toneladas. As cotas atualmente distribuídas aos moinhos registrados são de 226 mil toneladas, dando um "deficit" no consumo do Estado, de mais do dobro dessas cotas.

Estamos sabendo que o Moinho Santista, que ora está em fase de acabamento na cidade de Ponta Grossa, provavelmente receberá mais 115 ou 120 mil toneladas, com o que iríamos para 340 mil toneladas, ainda continuando o Estado a moer menos do que consome.

E mesmo que se dessem cotas suficientes para o consumo interno, haveria de qualquer forma os mesmos gastos, porque nós teríamos que exportar em grãos o resto do trigo colhido no Paraná.

E desta forma, Sr. Presidente, se aprovado por esta Casa, gostaríamos que fosse encaminhado ao Sr. Ministro de Agricultura, Sr. Alysson Paulinelli, um requerimento do seguinte teor: (Lê):

"Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Senhor Ministro da Agricultura, Dr. Alysson Paulinelli, um expediente constando os itens a seguir, levando-se em consideração as últimas declarações e o empenho com que Sua Excelência vem distinguindo os agricultores do Estado do Paraná:

- 1 — Criação de uma Região Tritícola específica para o Estado do Paraná;
- 2 — Liberação de cotas para moagem de trigo, aos moinhos de trigo equipados com cilindros no Estado do Paraná;
- 3 — Aumento de cotas a todos os Moinhos registrados no Estado do Paraná.

JUSTIFICATIVAS:

1 — O desenvolvimento no aumento da produção de trigo no Estado do Paraná é talvez a principal justificativa neste pedido, pois partimos de uma produção de 17 mil toneladas em 1967, para 2,1 milhões de toneladas em 1977 (estimativas).

2 — O Governo brasileiro, através da Imprensa falada e escrita tenta conscientizar o povo brasileiro da necessidade de economizar petróleo. Os triticultores do Paraná apregoam que a moagem do trigo, se realizada em nosso Estado, economizará aproximadamente, 10 milhões de litros em combustível. E os próprios cofres do Estado teriam um aumento aproximado de

60 milhões de cruzeiros provenientes do ICM.

3 — Do trigo colhido no Paraná, atualmente, a Indústria moageira (registrada) moe, atualmente, 226 mil toneladas, quando sua capacidade poderia ser dobrada.

4 — Defendemos a liberação de cotas a todos os moinhos do Paraná, para que os mesmos possam moer, pois assim estaremos contribuindo ainda mais para a economia nacional. Senão vejamos: onde está a maior produção do trigo do Paraná? Por ordem: Oeste, Sudoeste, Centro Oeste e Norte. Pois bem, se temos moinhos em Rondon, Palotina, Toledo, Pato Branco, Mandaguari, Marialva, Campo Mourão, Maringá, Francisco Beltrão etc., moinhos localizados todos nos centros de produção tritícola, porque o próprio Governo não adota sua política de contenção? Não seria mais conveniente e econômico transportar o trigo industrializado que em grão? Ainda mais, com a liberação de cotas a estes moinhos, para que moessem, juntamente com os atuais autorizados, estaríamos em condições de moer toda a produção do trigo do Paraná, por maior que fosse e, em lugar de estarmos transportando trigo em grão, estaríamos transportando já a farinha, contribuindo dessa forma para o barateamento da produção e, conseqüentemente, colaborando para que o consumidor receba o produto em preço compatível com a sua receita.

Sala das Sessões, em 05 de abril de 1977”.

Sr. Presidente, outro fato que poderíamos trazer em favor desta tese é que muitos moinhos instalados hoje pelo interior do Paraná, principalmente na terra de V. Exa., isto é, Pato Branco, Francisco Beltrão, Toledo, Rondon, o foram praticamente antes de se ter começado a plantar trigo naquela região. Esses moinhos poderiam ser colocados como os precursores da grande produção de trigo que se verifica em nosso Estado. Esses moinhos chegaram antes mesmo do próprio produtor de trigo em algumas regiões do Estado. A sua instalação, evidentemente, incentivou o lavrador, o agricultor do Paraná a que plantasse trigo.

Se hoje, mais uma vez, voltamos a este assunto nesta Assembléia Legislativa é porque estamos conscientes de que se o Governo brasileiro tomasse estas medidas, que não são deste Deputado, mas dos próprios lavradores e produtores de trigo, dos próprios proprietários de moinhos do Estado do Paraná, estaria colaborando para que, realmente, tivéssemos um produto muito mais barato neste Estado. Desta maneira em lugar de se juntar ao preço do trigo ora consumido o transporte, em razão do alto custo da gasolina e do óleo cru, a industrialização, o próprio ICM recolhido no Estado de São Paulo para depois voltar com o mesmo transporte e custo ao Estado do Paraná, teríamos que, evidentemente, descontar deste custo o transporte que poderia ser totalmente evitado se condições fossem dadas aos moinhos instalados aqui no Paraná de funcionar, de moer, pois o próprio transporte do produtor ao moinho seria bastante vantajoso. Como todos podem ver já na primeira viagem ter-se-ia verificado economia de petróleo porque esses moinhos estão, praticamente, todos eles, dentro da maior região produtora de trigo do Estado do Paraná.

Era somente isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo. O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, Srs. eminentes Deputados. (Lê):

“Plenamente convicto do apoio que esta Casa, pelos ilustres Parlamentares que a constituem, emprestará ao objeto da proposição que formulo ao final do meu pronunciamento e invocando como sua justificativa maior e indiscutível o artigo 165 de nossa Constituição Federal, trago a esta Casa, tornando pública, a oportuna campanha recentemente iniciada e em vigoroso caminhar, tendo como origem os meios causí-

dicos da comarca de Cruzeiro do Oeste e que tem como escopo a sumária extinção da denominada ADVOCACIA DATIVA.

“Nenhuma prestação de serviço de assistência ou de benefícios compreendidos na Previdência Social será criada, majorada ou estendida, sem a correspondente fonte de custeio total”, é o que preceitua de forma sábia e irrefutável a já citada lei.

Dest’arte, legalmente respaldados, insígnies advogados de longa e honrada militância no âmbito forense de Cruzeiro do Oeste, ainda no primeiro dia do mês de fevereiro, firmaram acordo pelo qual não mais prestarão assistência judiciária gratuita.

Longe de ser extrema e drástica, é justa a iniciativa, estribada em considerandos sobre os de compreensão.

Cumpra-me outrossim, enumerá-los:

Preambulando, os signatários do documento já enviado à Ordem dos Advogados do Brasil — Secção deste Estado — citam a sede onde exercem suas atividades e, na seqüência expõem os motivos da atitude tomada salientando que

“Considerando que têm dispendido o melhor dos esforços pela causas públicas, prestando assistência judiciária sem qualquer remuneração;

Considerando que seus outros colegas universitários, tais como médicos, dentistas, farmacêuticos, engenheiros, bioquímicos, juizes e promotores e outras categorias de profissionais se eximem de tais serviços gratuitos;

Considerando que em especificidade os médicos não atendem clientes, sem que antes sejam remunerados com o pagamento prévio das respectivas consultas, bem como os dentistas, que antes de um tratamento odontológico, exigem sempre 50 por cento como adiantamento do “orçamento”;

Considerando ainda que os farmacêuticos não vendem o mais barato dos produtos, sem receberem o valor equivalente e nem os engenheiros constroem qualquer prédio gratuitamente ou os bioquímicos, entre outros, não promovem qualquer exame bacteriológico sem receberem os seus respectivos honorários;

Considerando além do mais, que os juizes e promotores de justiça não prestam qualquer serviço judiciário gratuito, pois são, mensalmente, remunerados pelo Estado, gozando, ainda, de aposentadoria e outras vantagens”, após as quais, resolveram, unanimemente, não prestar mais assistência judiciária, a partir desta data” — 01 de fevereiro de 1977”, seguindo o exemplo dos advogados do Estado de São Paulo”.

Bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, após esses considerandos, propostos na documentação dos advogados da comarca de Cruzeiro do Oeste, encaminhada à Ordem, temos a comentar o seguinte:

“Especificamente, sobre este último item a inexistência da figura do advogado dativo, no vizinho Estado, embora descaracterize o ineditismo da iniciativa paranaense, enriquece e solidifica tal posicionamento como passivo de extensibilidade às demais Unidades da Nação. Quiçá, seja o Paraná, o terceiro Estado a extinguir tal instrumento, tal instituição.

Prossegue ainda o documento e, de forma explícita, ultimam os advogados salientando que, “se assim o decidiram, foi em ponderadas considerações aos pesados ônus que o Estado lhes vem acarretando, sem que haja a menor retribuição pelos relevantes serviços prestados à sociedade, à coletividade.

Com efeito, o ascendente custo de vida os vem onerando sobremaneira, com pagamento de impostos, de taxas, manutenção do escritório, de funcionários, papéis, livros, utensílios e outros encargos exigidos pelo próprio Estado”.

Assim sendo, Srs. Deputados, é inadmissível que o Estado exija tais prestações de serviços, pelo profissional liberal, sem a conseqüente retribuição quando, em realidade, é um Estado rico, com condições para custear tais encargos.

Aliás, prevendo a inevitável repulsa, ou mesmo repúdio do Governo do Paraná ante o pretendido, face ao natural surgimento de fonte de despesa, decorrente da necessidade de contratação de profissionais e a conseqüente dilatação do Quadro de Pessoal, com oportunidade, é sugerível a duplicação ou, quem sabe, uma ampliação até maior, das taxas judiciárias, para formação do fundo necessário ao pagamento de vencimentos para advogados de ofício, mediante o exigível concurso.

Exposto está, portanto, o que, com justiça se reivindica e, se o pleiteado implica, conforme frisado foi, em problema de ordem financeira, paralelamente enunciado em síntese, a fórmula para o seu equacionamento”.

O Sr. Jayme Rodrigues Carvalho — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento).

Inicialmente, caro Sr. Deputado, como advogado que sou, congratulo-me com a Associação dos Advogados de Cruzeiro do Oeste, que pioneiramente toma esta decisão para o Estado do Paraná.

Congratulo-me também com V. Exa. por apresentar este problema à Casa do Povo deste Estado.

Realmente, caro Deputado Valter Pietrângelo, se existe uma classe sofrida neste Estado, por esse tipo de atendimento de justiça gratuita, é de advogado. Realmente nós só, somente os advogados neste Estado, prestam serviços gratuitos. E o pior, caro Deputado, é que os Juizes ao fazerem a nomeação do advogado para atender a um cliente, de graça, o fazem sem o mínimo critério. Basta que se chegue ao Foro com um atestado de pobreza para que o Juiz conceda o benefício. E este advogado como todos os advogados do Paraná, muitas vezes se deitam num processo que perambula pelo Foro cerca de dois, três anos, a estudar uma defesa, à procura de testemunhas, à compra de livros, sem nenhum benefício do Estado, como não acontece com o vizinho Estado de São Paulo.

Tem sido uma verdadeira ingratidão o que o Estado do Paraná tem feito aos advogados. E até fico surpreso, de até hoje a Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, não ter assumido uma posição em defesa desta classe. Em 1974, Sr. Deputado, eu que milito mais na parte criminal, fui chamado a uma Delegacia de Polícia de Goioerê para que eu fizesse uma defesa, quando já existia no processo um advogado nomeado pelo Juiz de Direito daquela comarca.

Descobri, entretanto, que aquela pessoa que queria meus serviços gratuitos, tinha uma plantação de vinte alqueires de algodão. Logo, muito mais bem remunerado do que o advogado que iria promover a causa. Entretanto, essa pessoa havia conseguido para a primeira nomeação um atestado de pobreza. Esse advogado se insurgiu, embora tivesse sempre defendido a causa daqueles menos favorecidos pela sorte, por nomeação dos juizes das comarcas a que pertencia.

Cobrei, caro Deputado, a defesa. Absolvi a ré que havia matado o esposo, dormindo. Absolvi por sete a zero. A justiça foi tão falha, que quando da cobrança dos honorários, que era em notas promissórias, preferiu o Promotor Público da comarca de Goioerê, de então, a processar este advogado, que teve de entrar no Tribunal de Justiça com um “habeas corpus” para poder registrar a candidatura que me levou à eleição. Então, é louvável a atitude dos advogados de Cruzeiro do Oeste, honrosa atitude, prioneira e corajosa. Sentindo entretanto, que a Ordem dos Advogados já não teria tomado esta atitude, louvável a defesa de V. Exa., que vem realmente defender uma classe. Ou se paga neste Estado o advogado que presta a justiça gratuita, como se faz no Estado de São Paulo, ou se exija que o médico, que o dentista, que o bioquímico, que o farmacêutico, que o Juiz e que o Promotor, também o façam. O que não pode é uma classe universitária continuar a trabalhar de graça para o povo. E geralmente, aquele que pede a justiça gratuita é aquele que mais exige do profissional.

Tenho, Srs. Deputados, ainda como Deputado que sou,

nesta casa, há dois anos, recebido na minha comarca, e posso comprovar, nomeações de Justiça gratuita. E tenho me deslocado, perdendo aqui os meus jetons, até Goioerê, às vezes incompreendido. Então, é oportuno o pronunciamento de V. Exa., é oportuna a decisão, pioneira dos advogados de Cruzeiro do Oeste. É necessário que este Governo, neste sentido e em defesa de uma classe tão laboriosa deste Estado, que tanto tem dado de si, e às vezes incompreendidamente, tome uma decisão e urgente.

Obrigado.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Agradeço imensamente o aparte do eminente Deputado Jayme Carvalho, que me honrou sobremaneira.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

“Advogado eu não sou, por isto, não estou legislando em causa própria”. Pretendo apenas ser, quem sabe, um portavoz da emérita classe dos advogados do meu Estado. Por isto é que, prazeirosamente, eu apelo aos profissionais desse exercício, meus insígnies colegas desta Casa para que, dada a incomensurável importância do assunto em tela, se não por mim, mas também, enfocada pelo Deputado Jayme Rodrigues de Carvalho, que nos enobreceu com o seu aparte, debrucem-se, sobre o mesmo, no afã de se atingir o objetivo sensato e digno, humano e cristão, da valorização do trabalho, de quem é imprescindível no exercitamento da Justiça.

Cumpr-me ainda, denunciar Srs. Deputados, o descumprimento de leis vigentes por parte do Poder Executivo que, “com ouvidos de mercador”, permite o prosseguimento das designações dativas. Como testemunho, devo invocar a Lei número 5809, de 15 de julho de 68, que determina ao Estado, o pagamento da Designação Dativa. E se o Estado o faz, o faz descriteriosamente, mas a relidade, é que não faz.

A lei, Sr. Presidente, Srs. Deputados, 5809, na sua súmula, diz: “Dispõe sobre a Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Paraná”.

Lá no Título 13º:

“Disposições Finais e Transitórias - Capítulo Único - no artigo 184: “A Lei Orçamentária Estadual incluirá na verba do Poder Judiciário, dotação destinada ao pagamento de honorários aos advogados nomeados para defender réus pobres em processo criminal.

Como parágrafo único: “O Juiz da causa, fixará estes honorários, de acordo com a tabela organizada pela Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Paraná e requisitará o respectivo pagamento ao Presidente do Tribunal de Justiça, depois de prestado o serviço”.

“A aguardar solução séria, e imediata, argüido está o problema. Se os atentos e evoluídos advogados que militam na comarca de Cruzeiro do Oeste paternizam, seu surgimento, fazem-no se não de forma inédita, mas incentivados pela situação de dois Estados vizinhos: São Paulo e Mato Grosso.

E a movimentação dos inteligentes profissionais cruzeirenses não se limitou à enunciação da questão e à já efetivada tomada de posição dentro das fronteiras jurisdicionais da comarca.

Com efeito, também os advogados sediados nas comarcas de Umuarama e Cianorte reuniram-se no último 22 de março em Cruzeiro do Oeste apoiando integralmente a decisão emanada de uma comissão já constituída e que é liderada pelos bacharéis Deusdedit Álvares Gomes, do último município; Aluizio Baliu Baena, de Umuarama e um representante na cidade de Cianorte”, que lamentavelmente não vamos dizer o nome porque ainda não o sabemos.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa a V. Exa. que o seu tempo está esgotado e lhe concede mais um minuto para concluir.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Obrigado, Sr. Presidente, já estou a concluir.

“Esta mesma comissão encontra-se profundamente empe-

tô Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observação.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob o número 24/77, do Senhor Governador do Estado, comunicando o seu favorável parecer à pretendida homenagem ao Professor Ernani Simas Alves. — **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o número 25/77, do Senhor Governador do Estado, comunicando o seu favorável parecer à pretendida homenagem ao Doutor Aldo Laval. — **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o número 35/77 do Senhor Artur Gomes Machado, Presidente da Câmara Municipal de Castro, encaminhando cópia do requerimento número 07/77, de autoria do nobre Vereador Antônio Ramim Silveira, apoiando a tão importante atitude tomadas pelas irregularidades existentes com a existência de funcionários fantasmas. — **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o número 38/77, do Senhor Luiz Percicoti, Presidente da Câmara Municipal de Palotina, comunicando que em sessão realizada no dia 16 do mês próximo passado, foi consignado em ata um voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Estadual, João Leopoldo Jacomel. — **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o número 41/77, do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Castro, Senhor Artur Gomes Machado, encaminhando cópia do requerimento número 04/77, de autoria do nobre Vereador Antônio Ramim Silveira, cujos termos é de veemente protesto contra a exoneração do Inspetor de Polícia Francisco de Assis Stockler, da localidade de Maracanã, nesse Estado. — **Ao conhecimento da Casa.**

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a Vossa Senhoria, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Jacinto Sartori, ocorrido na cidade de Toledo - PR.

A morte de Jacinto Sartori enlutou não somente sua família, mas a sociedade de Toledo, onde se integrava como lídimo representante do trabalho e conduta moral, sabendo ser ativo e corajoso nos difíceis momentos de sua vida.

Foi um dos pioneiros desbravadores da mata de Toledo e grande impulsionador do seu progresso.

Sala das Sessões, em 05 de abril de 1977.

(a) ERNESTO DAL'OGGIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Reiterando pedidos anteriores, requeiro regimentalmente, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Governador do Estado, solicitando que S. Exa. se digne determinar os estudos necessários visando o asfaltamento da estrada velha Curitiba-Araucária, via Barigui da Estação.

O referido trecho, de aproximadamente oito quilômetros é hoje, sem dúvida alguma, obra prioritária, tendo em vista a Refinaria de Araucária, além do crescimento do número de veículos que se utilizam da denominada "estrada velha", hoje em péssimo estado de conservação.

O Deputado que este assina já em diversas ocasiões focalizou o mesmo problema, através de requerimentos elaborados nos anos de 1971, 1972, 1973, 1974, 1975 e 1976, tendo recebido resposta que o Governo Estadual iria determinar o asfaltamento, em 1976, fato que lamentavelmente não ocorreu, razão pela qual reiteramos a mesma justa reivindicação.

Sala das Sessões, em 04 de abril de 1977.

(a) MAURÍCIO FRUET

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado ao final assinado, usando de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário, oficie-se ao Senhor Presidente do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) solicitando urgentes providências no sentido de que seja instalado um posto de Representação do INPS na sede da cidade de Altônia.

Sala das Sessões, em 04 de abril de 1977.

(a) ANTÔNIO FACCI

JUSTIFICATIVA:

O município e comarca de Altônia, não consta com posto de representação do INPS. Referida representação está instalada na progressista cidade de Pérola, distante trinta (30) quilômetros cuja estrada em leito natural, não oferece facilidade de acesso. A cidade de Altônia, com seus distritos São Jorge, São João e Jardim Paredão, além de vários povoados perfazendo em média 17.000 matrículas no INPS., não sendo justo, que um número expressivo de contribuintes, em sua maioria pequenos comerciantes, operários, comerciários e trabalhadores autônomos, todos com baixos rendimentos, sejam obrigados a deslocar-se à grande distância para a conquista de documentação necessária ao atendimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado veemente apelo a Sua Excelência o Senhor Secretário de Segurança Pública, no sentido de que sejam tomadas urgentes medidas visando apurar os fatos relatados através da reportagem estampada no jornal "Diário do Paraná" edição do dia 20 do corrente, intitulada "Quem matou quem? — POLÍCIA LONDRINENSE ÀS VOLTAS COM INSOLÚVEIS.

Tal solicitação se faz, tanto em vista que a reportagem apresenta fatos referentes a crimes que abalaram a comunidade londrinense e que até agora se encontram sem a devida solução, ocasionando certa revolta pelo descaso que as autoridades locais estão a tratar o problema.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1977.

(a) OTÁSSIO PEREIRA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, no uso e gozo de suas atribuições constitucionais, requer seja consignado na ata da sessão de hoje, desta Casa, um voto de congratulações por motivo da promoção, para o posto de General de Exército, do General ARNALDO LUIZ CALDERARI, e da sua nomeação para o elevado cargo de Diretor do Departamento de Material Bélico do Exército.

Requer ainda, que a decisão do Plenário, seja comunicada ao homenageado, com o texto integral deste requerimento e respectiva justificativa.

Sala das Sessões, em 04 de abril de 1977.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem base legal nos dispositivos constitucionais e regimentais da Casa, pelo que nada impede sua

dente do Instituto Nacional de Previdência Social, objetivando seja instalado um posto de representação do referido Instituto, na sede da cidade de Altônia. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, constante do expediente, solicitando voto de congratulações por motivo da promoção, para o posto de General do Exército, do General Arnaldo Luiz Calderari, e da sua nomeação para o elevado cargo de Diretor do Departamento de Material Bélico do Exército. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Otássio Pereira, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de que sejam tomadas medidas visando apurar os fatos relatados através da reportagem estampada no jornal "Diário do Paraná", intitulada "Quem matou Quem" — Polícia Londrinense às Voltas com Insolúveis" — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que se digne determinar estudos necessários, visando o asfaltamento da estrada velha Curitiba - Araucária. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente, solicitando seja oficiado à COPEL, encarecendo sejam efetuados estudos de viabilidade para a implantação de rede elétrica na localidade denominada Paz, sede do Distrito de Candói, no município de Guarapuava. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando seja encaminhado ao Sr. Ministro da Agricultura, expediente constando de diversos itens, levando-se em consideração as últimas declarações e o empenho com que o mesmo vem distinguindo os agricultores do Estado. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, lido da tribuna, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado, Presidente do Tribunal de Justiça e à Ordem dos Advogados do Brasil — Seção do Paraná, encarecendo providências que culminem com o término das assistências judiciárias gratuitas através das designações dativas. — APROVADO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência lembra aos Srs. Deputados, que a sessão extraordinária de amanhã dia 06, quarta-feira, será realizada às 9,30 horas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma sessão para amanhã, dia 06, quarta-feira, às 10,00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 151/76.

Levanta-se a sessão.

Discurso pronunciado pelo Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, na sessão ordinária realizada em 25 de março de 1977, agora publicado com revisão geral do autor.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ante tantas surpresas que se vêm ultimamente, me surpreendi também, como um deputado da Arena, com o confisco do soja.

Há muito tempo que esta tribuna tem recebido Parlamentares que desfilam por aqui traduzindo o pensamento dos agricultores, principalmente dos plantadores de trigo, reclamando, das autoridades, uma postura compatível com a necessidade e realidade do Paraná.

É o caso, por exemplo, da política de moagem de trigo no Estado, que ocasionou o fechamento de muitos moinhos, os quais não dispunham de cotas suficientes para essa moagem. Fala-se, informalmente, que os moageiros davam destino indevido às cotas, fazendo com elas negócios que não conferiam ao interesse público da moagem no Paraná.

Recentemente, falou-se muito a respeito do assunto aqui, desta tribuna, por vários parlamentares, reclamando que o Paraná produz basicamente a quantia superior a um milhão de toneladas, devido ao problema climático (embora as áreas cultivadas sejam em grande escala).

Ocorre que a "Gazeta do Povo" e outros jornais publicaram hoje que o Chefe da SUNAB no Paraná, teria ido fazer contacto com as autoridades federais, no sentido de ampliar essa cota destinada ao Paraná, que é atualmente de 220 mil toneladas.

Anunciava o Sr. Tocafundo que o Governo Federal atribua, concedia (como costumam os Governos conceder em outro plano a determinadas empresas), uma cota ao Paraná, de mais de 115 mil toneladas.

Seria quase uma concessão de caráter benevolente dos deuses generosos com os seus fiéis.

E esse anúncio, o Sr. Tocafundo o fez de uma forma peculiar ao modelo que tem tido uma generosidade extrema com as multinacionais. Sem entrar no mérito da operação multinacional no País, é de todo estranhável que essas cotas de 115 mil toneladas (pelo menos a imprensa informa...), serão destinadas a uma só empresa do Paraná: Moinhos Santista S/A.

E eu pergunto ao Sr. Tocafundo que, de vez em quando, por motivos de turismo, conhece a região oeste do Paraná, os vários moinhos estão a reclamar o aumento de cotas para moagem de trigo, trigo que também tem feito passeios homéricos para receber a moagem no Estado de São Paulo e que essa Companhia que se instala em Ponta Grossa é beneficiária de uma grande cota. E mesmo assim, o Paraná que consome 420 mil toneladas do produto, não consegue moer, por motivos de política distorcida e contrária aos interesses do consumidor paranaense, senão a metade do seu consumo; e agora, quem sabe, subirá para três quartos do seu consumo. E é lamentável que não se faz com objetividade, com visão de fortalecimento, não só da economia, mas uma política impeditiva da inflação e de gastos, sem nenhuma justificativa nacional de relevância.

É justamente para estranhar e para pedir que as autoridades se conscientizem deste aspecto de ordem econômica, que contraria até o discursivo modelo brasileiro.